

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
NOTA DA 4 ^a EDIÇÃO	9
NOTA DA 3 ^a EDIÇÃO	11
NOTA DA 2 ^a EDIÇÃO	13
NOTA INTRODUTÓRIA À 1 ^a EDIÇÃO	15
REFERÊNCIAS SOBRE AS CITAÇÕES	17
ABREVIATURAS E SIGLAS	19
CAPÍTULO I – BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA TUTELA CAUTELAR	27
1. Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas	27
2. Reforma Judiciária	35
3. Nova Reforma Judiciária	35
4. Novíssima Reforma Judiciária	37
5. Código de Processo Civil de 1876	39
6. Código de Processo Civil de 1939	49
7. Código de Processo Civil de 1961	65
8. Reforma de 1967	70
9. Reforma de 1995/1996	72
10. Código de Processo Civil de 2013	78
CAPÍTULO II – NATUREZA, MODALIDADES E FINALIDADES	81
1. Natureza	81
2. Modalidades	92
2.1. Providências cautelares conservatórias	93
2.2. Providências cautelares antecipatórias	95
3. Finalidades	97

3.1. Garantia de um direito	97
3.2. Regulação provisória de uma situação jurídica	98
3.3. Antecipação provisória de um determinado efeito jurídico	99
CAPÍTULO III – FIGURAS AFINS	101
1. Tutela autosatisfativa	101
2. Tutela urgente autónoma	105
3. Tutela antecipada	109
4. Tutela da evidência	114
CAPÍTULO IV – CARACTERÍSTICAS	119
1. Instrumentalidade	119
1.1. Considerações gerais	119
1.2. Instrumentalidade eventual	123
2. Provisoriedade e definitividade	125
2.1. Provisoriedade	125
2.1.1. Eficácia limitada	125
2.1.2. Livre modificabilidade ou revogabilidade	127
2.1.3. Autonomia	128
2.2. Definitividade	130
2.2.1. O art. 121º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos	132
2.2.1.1. Âmbito	132
2.2.1.2. Natureza	133
2.2.1.3. Requisitos	133
2.2.2. O art. 16º do Regime Processual Civil Experimental	135
2.2.2.1. Âmbito	135
2.2.2.2. Natureza	137
2.2.2.3. Requisitos	138
2.2.2.4. Tramitação	142
2.2.3. Providência cautelar de entrega judicial de bens objeto de locação financeira	143
2.2.4. Inversão do contencioso na tutela cautelar	154
2.2.4.1. Âmbito	154
2.2.4.2. Requisitos	158
2.2.4.3. Tramitação	162
2.2.4.4. Interrupção da caducidade	164
2.2.4.5. Ónus de propositura da ação principal pelo requerido	165
2.2.4.6. Aplicabilidade subsidiária	167
3. Urgência	168

CAPÍTULO V – ÂMBITO, REQUISITOS E EFEITOS	171
I. PROCEDIMENTO CAUTELAR COMUM	172
1. Âmbito	172
2. Requisitos	179
2.1. <i>Fumus boni iuris</i>	183
2.1.1. Âmbito	183
2.1.2. Poderes de cognição do tribunal	188
2.1.3. <i>A summaria cognitio</i> e a tutela do requerido	195
2.2. <i>Periculum in mora</i>	198
2.2.1. Enquadramento	198
2.2.2. Âmbito	201
2.2.3. Elementos	203
2.2.3.1. Dano grave e irreparável ou de difícil reparação	203
2.2.3.2. Atualidade do dano	207
2.2.3.3. Imputabilidade do dano ao requerido	211
2.2.4. Critérios de ponderação do <i>periculum in mora</i>	211
2.3. Interesse processual	217
2.4. Proporcionalidade	219
II. PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECIFICADOS	220
1. Arresto	220
1.1. Âmbito	220
1.2. Requisitos	225
1.2.1. Probabilidade da existência de um direito de crédito	226
1.2.2. Fundado receio de perda da garantia patrimonial do crédito	230
1.3. Arresto em casos especiais	239
1.3.1. Arresto contra o adquirente de bens do devedor	239
1.3.2. Arresto de bem transmitido mediante negócio jurídico para garantia do pagamento do preço da respetiva aquisição	241
1.3.3. Arresto de navios	242
1.4. Proporcionalidade	255
1.5. Efeitos	258
2. Arrolamento	259
2.1. Âmbito	259
2.2. Requisitos	259
2.2.1. Probabilidade da existência de um direito sobre bens ou documentos	260
2.2.2. Justo receio de extravio, ocultação ou dissipação de bens ou de documentos	261
2.3. Identificação dos bens ou documentos a arrolar	262

2.4.	Arrolamento em casos especiais	263
2.4.1.	Arrolamento de bens comuns ou de bens próprios sob a administração do outro cônjuge	263
2.4.1.1.	Âmbito	263
2.4.1.2.	Requisitos	265
2.4.1.3.	Depositário	268
2.4.1.4.	Caducidade	268
2.4.2.	Arrolamento de bens abandonados	269
2.5.	Efeitos	269
3.	Restituição provisória de posse	270
3.1.	Âmbito	270
3.2.	Requisitos	273
3.2.1.	Posse	274
3.2.2.	Esbulho	275
3.2.3.	Violência	276
4.	Suspensão de deliberações sociais	278
4.1.	Âmbito	278
4.2.	Requisitos	280
4.2.1.	Deliberação social inválida	281
4.2.2.	Qualidade de sócio ou de associado	283
4.2.3.	Atualidade da deliberação	284
4.2.4.	Receio de produção de um dano apreciável	286
4.3.	Proporcionalidade	289
4.4.	Efeitos	290
4.5.	Improcedência da ação principal	294
4.6.	Inversão do contencioso	294
5.	Embargo de obra nova	296
5.1.	Âmbito	296
5.2.	Requisitos	297
5.2.1.	Obra, trabalho ou serviço	297
5.2.2.	Execução da obra, trabalho ou serviço	298
5.2.3.	Novidade	300
5.2.4.	Ofensa de um direito real ou pessoal de gozo ou da posse em consequência dessa obra, trabalho ou serviço	300
5.2.5.	Existência de um prejuízo ou de uma ameaça de prejuízo	302
5.3.	Embargo extrajudicial	304
5.4.	Obras que não podem ser embargadas	306
5.5.	Efeitos	306
5.6.	Autorização da continuação da obra	308

6. Alimentos provisórios	309
6.1. Âmbito	309
6.2. Requisitos	311
6.2.1. Probabilidade da existência de um direito a alimentos	311
6.2.2. Verificação de uma situação de necessidade	312
6.3. Medida dos alimentos	313
7. Arbitramento de reparação provisória	315
7.1. Âmbito	315
7.2. Requisitos	318
7.2.1. Existência de indícios suficientemente fortes quanto à obrigação de indemnizar por parte do requerido	318
7.2.2. Verificação de uma situação de necessidade	319
7.2.3. Nexos de causalidade entre os danos sofridos pelo requerente e a situação de necessidade que fundamenta o recurso à tutela cautelar	322
7.3. Efeitos	324
CAPÍTULO VI – MEIOS DE TUTELA DO REQUERIDO	327
1. Introdução	327
2. Medidas anticautelares	329
3. Princípio do dispositivo e liberdade de conformação do julgador no decretamento da providência cautelar	329
3.1. Âmbito	329
3.2. Limitações	333
4. Proporcionalidade da providência	335
5. Princípio da mínima ingerência	344
6. Condicionamento da providência à prestação de caução	345
6.1. Âmbito	345
6.2. Funções	356
6.2.1. Garantia de ressarcimento dos danos	357
6.2.2. Regulação do acesso à tutela cautelar	358
6.2.3. Restabelecimento do equilíbrio entre as partes	359
6.2.4. Proteção da atividade judicial	360
6.3. Um novo paradigma: prestação obrigatória de caução	361
6.4. Medida e forma	362
6.5. Âmbito	367
6.6. Tramitação	367
7. Contraditório do requerido	368
7.1. Contraditório por antecipação	368
7.2. Contraditório prévio	370

7.3. Contraditório diferido	374
7.3.1. Âmbito	374
7.3.2. Constitucionalidade do contraditório diferido	377
7.3.3. Risco de decretamento de providência cautelar injustificada	380
7.3.4. Critérios de dispensa do contraditório prévio do requerido	385
7.3.4.1. Urgência	385
7.3.4.2. Efetividade	386
7.3.5. Dever de fundamentação da decisão	387
7.3.6. Meios de reação do requerido	389
7.3.6.1. Recurso	389
7.3.6.2. Oposição	390
8. Substituição da providência por caução	392
9. Modificabilidade, substituição ou revogação da providência	398
10. Proibição de repetição de providência cautelar injustificada	403
10.1. Âmbito	403
10.2. Requisitos	405
10.2.1. Repetição de providência cautelar	405
10.2.2. Repetição na pendência da mesma causa	410
10.2.3. A providência cautelar tenha caducado ou sido julgada injustificada	410
11. Caducidade da providência cautelar	411
11.1. Âmbito	411
11.1.1. Falta de propositura da ação principal	413
11.1.2. Inércia do autor no prosseguimento da causa	417
11.1.3. Improcedência da ação principal	419
11.1.4. Absolvição do réu da instância	423
11.1.5. Extinção do direito do requerente	423
11.2. Efeitos	424
LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	427